O ESPAÇO AGRÁRIO DIANTE DO PROJETO SÓCIO-CULTURAL DE MODERNIDADE: UM ENTENDIMENTO DOS DIVERSOS ATORES DO CAMPO PARA O EXERCÍCIO DA PNATER.

Renata Janaína do Carmo¹, Ícaro Trindade de Carvalho²

RESUMO

Para a compreensão do espaço agrário brasileiro após o projeto sócio-cultural de modernidade é necessário levar em consideração a ação dos diversos atores sobre esse espaço. Este projeto é muito complexo se relacionado com o desenvolvimento de valores que possuem tendências contraditórias como da justiça e da autonomia, da solidariedade e da identidade, da emancipação e da subjetividade, da igualdade e da liberdade. Cabe portanto, refletir sobre esses valores e sua articulação dentro dos pilares da regulação e da emancipação; as políticas públicas que interferem na dinâmica do espaço rural; as formas de produção e comercialização existentes nesse espaço; as relações entre os agentes com o seu meio, para que a partir desse entendimento a PNATER possa agir.

Palavras-chave: modernidade, atores sociais do campo e PNATER

THE AGRICULTURAL SPACE FACING THE SOCIOCULTURAL PROJECT ABOUT MODERNITY: AN UNDERSTANDING OF SEVERAL ACTORS FROM RURAL AREA FOR THE EXERCISE OF PNATER.

ABSTRACT

To comprehend Brazilian agrarian space after a social-cultural project from modernity is necessary to consider the actions of several actors about it. This project is too complex related to a development of values that have contradictories tendencies as justice and autonomy, emancipation and subjectivity, equality and freedom. It is important, then, to reflect about this values and its articulation within pillars of regulation and emancipation. Public politics infers in the rural space dynamics, the forms of production and commercialization that exist in this field; the relation between agents and environment. From the comprehension of this PNATER can act.

Keywords: modernity, social actors from field and PNATER

1. INTRODUÇÃO

Falar do espaço agrário brasileiro necessita de um exercício profundo de entendimento das diversas características que o identifica, da ação dos diferentes atores que o compõe, das influências que as políticas públicas das ATERS ali exercem, das redes e formas de produção e

comercialização da produção, das relações com o meio ambiente, além de uma análise do período histórico dentro do qual ele está inserido.

Principalmente as políticas exercidas a partir da PNATER. Porém cabe mencionar que nem tudo depende exclusivamente das políticas públicas, ou seja, o padrão de desenvolvimento

rural de uma ampla região é resultado de uma gama variada de processos (relações sociais, cultura, organização, etc.). (SULZBACHER e DAVID, 2008).

Dessa forma o papel das instituições de ensino, pesquisa e dos agentes da PNATER deverá ser exercido a partir de uma relação estabelecida numa abordagem holística que articule o local, a comunidade e/ou território. Esse exercício tem que ocorrer a partir de muito diálogo, com a problematização dos fatos e agentes que compõem o meio rural para que, dessa forma, possa haver a promoção de um desenvolvimento rural sustentável.

As novas dinâmicas de intervenção passam, deste modo a ser fundamentadas por uma política pública que cada vez mais atribui valor às “experiências vividas” dos produtores rurais e ao conhecimento local, priorizando um modo educativo, localizado nas intervenções extensionistas como a promoção do desenvolvimento rural sustentável e manutenção da biodiversidade. Mostrando assim as possibilidades de desenvolvimento social e econômico dos agricultores familiares, vinculados, sobretudo à Agroecologia, como este novo modelo agrícola.

A proposta de mudança às ações de ATER se voltam para uma modificação da iniciativa agrícola de um modo mais abrangente, o que inclui a introdução de um manejo diferenciado, além da interação dos agricultores com estes novos mecanismos de produção e distribuição. Assim, pressupomos que este novo modelo introduz uma mudança concreta de valores, tan-

to no cotidiano do agricultor e sua família quanto no que diz respeito à atividade extensionista que deverá tentar entender a realidade do espaço agrário antes de praticar sua ação.

Para tentar compreender a realidade agrária do Brasil contemporâneo é necessário um levantamento bibliográfico diverso, no sentido de uma abordagem mais ampla das características do espaço agrário brasileiro, assim como, o levantamento de autores que discorrem sobre os atores sociais do campo, suas representações sociais, seu modo de produzir, as suas relações com o Estado (Incluindo a políticas públicas da PNATER¹) e com o meio ambiente, suas tradições, que são de extrema importância.

2. DIVERSOS ATORES SOCIAIS DO CAMPO E O ESTADO

No que se trata da análise dos atores sociais do campo com o aparelho Estatal, sugere-se as observações as quais afirmam que o papel do Estado é de estimular condições de produção para o aumento da renda nas famílias rurais e nessa perspectiva é necessário diferenciar as políticas públicas que garantem “direitos” como é o caso da saúde, educação, das funções da extensão rural como, por exemplo, as políticas de desenvolvimento que visam abrir oportunidades que permitam compatibilizar o acesso a ativos (crédito, terra, conhecimentos e etc.) com o dinamismo econômico e a inovação técnica social e organizacional. (ABRAMOVAY, 2007)

O autor ainda propõe uma política estatal que possa valorizar o conhecimento, a inteligên-

cia, os laços sociais localizados, os recursos naturais e as virtudes paisagísticas de uma região para o desenvolvimento rural, uma vez que os atores sociais não possuem resposta para o seu próprio desenvolvimento, é preciso da vontade política juntamente da força social para a elaboração de projetos que vão entender o perfil das regiões.

O Estado previdenciário agrícola na ótica de Abramovay (1998), não consiste apenas na contemplação dos problemas sociais ligados ao desenvolvimento agrícola, além da administração do êxodo rural, das políticas públicas de ocupação do território e da formação profissional, ele passa a interferir diretamente na organização dos mercados, no patamar tecnológico dos produtores e na própria evolução das estruturas fundiárias.

Percebe-se que a atividade agrícola ocupa um lugar de destaque no espaço rural, cuja importância varia de acordo com as características das regiões e dos ecossistemas naturais, e mesmo assim, ela própria sofreu algumas modificações no período recente. Hoje em dia, o rural, com o advento da modernidade, não se resume mais somente à atividade econômica agrícola, ele passa a incorporar novas leituras analíticas, ligadas às representações sociais, além de outras dimensões como a natureza, as famílias rurais, as paisagens, o patrimônio cultural e as tradições, entre outros.

3. PROJETO SÓCIO-CULTURAL DE MODERNIDADE: UMA ANÁLISE

O projeto sócio-cultural de modernidade é um projeto muito complexo, ambicioso, revolucionário e capaz de infinitas possibilidades. Ele está relacionado com desenvolvimento harmonioso de valores que possuem tendências contraditórias, da justiça e da autonomia, da solidariedade e da identidade, da emancipação e da subjetividade, da igualdade e da liberdade. (SANTOS, 1999)

Santos (1999) destaca, ainda, que estamos vivendo numa situação de transição entre a modernidade com as suas características e uma outra era, sendo assim não é possível dar um nome adequado para a situação presente e na ausência de uma identificação correta ele acaba por denominá-la de pós-modernidade.

Ele está baseado nos pilares da regulação e da emancipação, que articulam entre si. O primeiro pilar – regulação - está relacionado com o princípio do Estado, mercado e comunidade e o segundo – emancipação - constituído pelas lógicas da racionalidade da literatura e da arte (racionalidade estético-expressiva), do direito e da ética (racionalidade moral-prática), da ciência e da técnica (racionalidade cognitivo-instrumental). Assim, a articulação supracitada acontece da seguinte forma: a racionalidade do direito e da ética está articulada pelos princípios éticos e de direito impostos pelo Estado, a racionalidade da literatura e da arte liga-se com as idéias de comunhão e identidade, e, a racionalidade da ciência e da técnica possui correspon-

dência com os princípios do mercado através da conversão da ciência em força produtiva.

Santos (1999) considera que os países centrais não desenvolveram o sistema capitalista ao mesmo tempo, uma vez que, as condições nacionais interferem neste processo de desenvolvimento, porém, ele distinguiu tal processo em três períodos históricos, sendo que o primeiro, o período do *capitalismo liberal*, envolve o séc. XIX e atinge seu ápice no momento entre guerras; o segundo período, o do *capitalismo organizado*, e o terceiro período, o do *capitalismo financeiro* que se inicia nos finais da década de sessenta até os dias atuais.

O período identificado como por *capitalismo liberal*, século XIX, possuiu um grande fascínio do qual o autor afirma que “*O seu fascínio reside em que nele explodem com grande violência as contradições do projeto de modernidade: entre a solidariedade e a indenidade, entre a justiça e a autonomia, entre a igualdade e a liberdade*” (SANTOS, 1999, p.80). Durante esta era, no princípio da regulação - articulado pelo Estado, mercado e comunidade - ocorreu um dualismo entre Estado e sociedade civil por meio de um fortalecimento das intervenções do Estado, através de uma ligação entre a dominação política e a acumulação do capital. No princípio da emancipação, as esferas da arte/literatura, ética/direito, ciência/técnica tornaram-se mais autônomas e ao mesmo tempo de difícil articulação entre si. No desenvolvimento da racionalidade da ciência-técnica, ocorreu uma constante conversão da ciência em força

produtiva e numa vinculação com o mercado. A racionalidade da moral-prática incidiu na consolidação da micro-ética liberal proferida pelo Estado, já a racionalidade estético-expressiva estimulou o elitismo da alta cultura associada a uma idéia de cultura nacional promovida pelo Estado liberal.

No segundo período, o *capitalismo organizado*, ocorreu um processo de concentração dos pilares da regulação e da emancipação, no primeiro campo as transformações são profundas: o mercado continua com sua expansão, o capital industrial, financeiro e comercial centraliza-se e concentra-se, aprofunda a luta imperialista pelo controle dos mercados e das matérias-primas. No princípio de comunidade, as classes trabalhadoras transformam-se e diferenciam-se internamente, ocorrem mudanças nos setores produtivos favorecidos pela lógica da acumulação do capital e juntamente a isso, Estado e o mercado transformam-se na tentativa de se adaptar.

Todas estas transformações ao nível da regulação tiveram por objetivo ou conseqüência redefinir o projeto de modernidade em termos do que era possível na sociedade capitalista, atirando para o lixo da história tudo o mais. Assim, se define obviamente de maneira diferente de país para país ou de período pra período, o grau e o tipo de justiça, de solidariedade e de igualdade que é possível compatibilizar com o grau e o tipo de liberdade, autonomia e subjetividade. (SANTOS, 1999, p.85)

No pilar da emancipação, as transformações também são profundas e apresentam tendências convergentes com o que ocorre com o pilar da regulação, através da passagem da cultura da modernidade ao modernismo cultural,

que representa o auge da tendência da especialização e diferenciação funcional dos campos de racionalidade e a contaminação com a cultura popular e a política. No campo da moral-prática, o Estado penetra profundamente na sociedade por meio de soluções legislativas, institucionais e burocráticas que o afasta cada vez mais dos cidadãos.

Já o terceiro período, o *capitalismo financeiro*, é de difícil análise devido ao fato de ele ser o período atual e ser muito complexo. Nesse contexto, a designação deste momento de capitalismo desorganizado satisfaz esta realidade uma vez que nesta época muitas das formas atuais de organização do período anterior entraram em crise. Ele é caracterizado pela dicotomia entre o pilar da regulação e da emancipação. Nesse momento, o princípio de mercado adquiriu força sem tamanho chegando a extravasar o princípio econômico, procurando colonizar os sistemas de Estado e de comunidade (neoliberalismo). (SANTOS, 1999)

No plano econômico houve um enorme crescimento do mercado mundial, proporcionado pelas empresas multinacionais, chegando a neutralizar a capacidade de regulação nacional da economia, os mecanismos corporativos de regulação dos conflitos entre capital e trabalho, estabelecidos a nível nacional, além de abrir infinitas perspectivas à reprodução alargada do capital.

Este princípio proporcionou consequências sobre as classes trabalhadoras que continuaram a diferenciar-se em estratos cada vez mais

distintos tanto em modo de vida quanto em sua base material. As práticas de classes deixam de se traduzir em políticas de classe; os partidos de esquerda são forçados a diminuir o conteúdo ideológico dos seus programas; surgem novas práticas de mobilização social, os novos movimentos sociais (a ecologia, o antinuclear, o pacifismo) orientados por reivindicações pós-materialistas, a diferença sexual e a diferença racial. O princípio de Estado nacional perdeu parte da sua capacidade e vontade política para continuar e as esferas da produção e da reprodução social, tal princípio se transforma em uma unidade de análise obsoleta, compensada por um autoritarismo produzido pela congestão institucional da burocracia do Estado.

No que se refere à racionalidade moral-prática, Santos (1999) destaca que no atual período, os valores da autonomia e da subjetividade individual/subjetividade coletiva e subjetividade contextual/subjetividade universal estão distantes das práticas políticas do cotidiano, a regulamentação jurídica se auto-alimenta e ao mesmo tempo esmaga o cidadão por meio de um conhecimento jurídico especializado e a modernidade concentrou-nos numa micro-ética que nos impede de pensar nos acontecimentos globais, como é o caso do aquecimento da Terra ou das catástrofes nucleares. Esta micro-ética na visão do autor é incapaz de responder adequadamente as exigências éticas de nossa situação, porém, ela não foi ainda substituída por uma macro-ética capaz de responder as ações da humanida-

de e os problemas causados por ela numa escala planetária.

Na tensão entre a subjetividade individual sobre a coletiva, o que prevalece é a subjetividade individual e na tensão entre a subjetividade contextual e a abstrata, a que prevalece é a subjetividade abstrata. Com isso, o triunfo do individual impulsionado pelo princípio de mercado leva consigo a necessidade de um super-sujeito capaz de regularizar e autorizar a autoria social dos indivíduos, como é o caso do Estado liberal que tem poder de império sobre a sociedade civil e com isso ele passa a ter potencialidade em passar de um estado mínimo para se tornar um Estado máximo.

Diante disso, essas transformações indicam uma desregulamentação global da vida econômica (Sem perda da hegemonia da dominação capitalista), social e política onde as sociedades parecem bloqueadas e condenadas a viver do excesso irracional do cumprimento do projeto da modernidade afirmando que:

Na verdade, nenhum dos princípios da regulação, quer seja o mercado, quer seja o Estado, quer seja a comunidade, parece capaz de, por si só, garantir a regulação social em situação de tanta volatilidade, mas o mais trágico é que a articulação de todos eles no sentido de convergirem numa nova regulação parece ainda mais remota. (SANTOS, 1999, p. 89)

As mudanças que ocorrem no paradigma tecnológico durante o capitalismo desorganizado no mundo estão favorecendo o surgimento de uma nova estrutura social dominante, a sociedade em rede, uma nova economia, uma nova cultura. Essas mudanças só aconteceram graças a

uma revolução da tecnologia da informação, à crise econômica do capitalismo e do estadismo e à conseqüente reestruturação de ambos, ao surgimento de movimentos sociais e culturais tais como feminismo e ambientalismo. (CASTELLS, 1999)

Esta crise no modelo de desenvolvimento econômico, tanto do capitalismo quanto do estadismo, motivaram sua reestruturação a partir dos anos 70 e de certa forma levaram uma nova forma de capitalismo que possui como características: a globalização das atividades econômicas e flexibilização organizacional e maior poder para o patronato junto aos trabalhadores. Isso aconteceu graças às novas tecnologias da informação as quais proporcionaram ferramentas para a formação de redes comunicação à distância, armazenamento/processamento de informação. Após o fim do estadismo como sistema, o capitalismo, um século depois, prospera no mundo e aumenta sua penetração nos países, nas culturas e nos domínios da vida, baseado num conjunto de regras econômicas comuns.

Este novo sistema distingue-se pela sua tendência a aumentar as desigualdades sociais juntamente com o crescimento simultâneo dos extremos da escala social, resultado da diferenciação entre mão-de-obra altamente produtiva e mão-de-obra genérica dispensável; da individualização dos trabalhadores, que enfraquece uma ação coletiva, globalização da economia, da legitimidade do estado e do fim gradativo do estado do bem-estar-social. Esta desigualdade

social e a polarização da escala social, além da devastação ecológica e da redução da qualidade de vida da população são predefinidas a partir dinâmica do capitalismo informacional ou do capitalismo desorganizado que prevalecerá na medida em que não seja tomada nenhuma atitude consciente no sentido de impedir o avanço descontrolado da globalização ou resolver as conseqüências do atual modelo econômico no sentido de promover um novo modelo econômico. (SANTOS, 1999)

Ao contrário do que aconteceu nos dois períodos anteriores elaborados, o que ocorre no atual período é uma crise da regulação e da emancipação manifestada através da perversão da emancipação do projeto de modernidade em energias regulatórias. (SANTOS, 1999)

4. A AGRICULTURA DENTRO DESSE PROJETO SÓCIO CULTURAL

A partir da segunda metade da década de 90 houve uma retomada do debate sobre estudos agrários e rurais, que até então despertavam pouco interesse dos pesquisadores. Retornou o debate sobre a agricultura, a produção agrícola e do rural *lato sensu* com suas características específicas. Schneider (2003) expõe que não se pode mais confundir ou interpretar como sinônimos o espaço rural e as atividades produtivas ali desempenhadas. Este cenário favoreceu o aumento da discussão para além dos impasses e das possibilidades da reforma agrária e dos assentamentos, das questões relacionadas aos im-

pactos do progresso tecnológico ou das migrações. Verificou-se o surgimento da temática ambiental e da sustentabilidade junto ao interesse por novos temas, como a agricultura familiar, a conformação dos mercados de trabalho e a dinâmica ocupacional da população rural.

Nessa conjuntura, de acordo com Brasil (2004), a Assistência Técnica Rural-ATER tentou adaptar suas diretrizes e princípios de forma que as mudanças possuíssem caráter educativo, destacando a pedagogia da prática (construtivista e humanista), promovendo a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação e adoção de tecnologias voltadas para a construção de agriculturas sustentáveis.

O documento ainda expõe que para que isto venha a ocorrer, devem ser privilegiadas as atividades de pesquisa-ação participativas, investigação participante e outras metodologias e técnicas que contemplem o protagonismo dos beneficiários e o papel de agricultores-experimentadores, bem como novas estratégias de geração e socialização de conhecimentos e de mobilização comunitária que possibilitem a participação de agricultores e demais públicos da extensão como agentes do desenvolvimento rural sustentável.

Nesse sentido, para o entendimento das relações sociais e produtivas na agricultura, é preciso levar em consideração um conceito maior e que abarca a maioria dessas características: o conceito de *ruralidade*, proposto por Carneiro (1998), em que se

identifica como uma representação cultural-social estabelecida pelos atores sociais através do desempenho de atividades não homogêneas e que não estão necessariamente ligadas à produção agrícola. A autora ainda desenvolve sobre as representações sociais do campo expondo que a ruralidade é um processo dinâmico de constante reestruturação de elementos da cultura local juntamente com a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas no modo de produção que, em processo implicam num movimento de dupla direção. Tem-se de um lado a reapropriação de elementos da cultura local por meio de uma releitura de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade.

No Brasil, pesquisas recentes têm apontado para a ocorrência de dois conjuntos de fenômenos em algumas regiões do meio rural brasileiro, o que nos ajuda a pensar a questão da ruralidade atualmente. (CARNEIRO, 1998)

O primeiro conjunto considera significativa a redução de pessoas ocupadas na agricultura e o aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras fontes de rendimento. Esse fenômeno - a pluriatividade adquire novas dimensões no campo brasileiro, através de novas formas de organização da produção que estão a se desenvolver no campo

ou de antigas práticas que assumem novos significados. Carneiro (1998) afirma que a pluriatividade no espaço rural se insere na dinâmica da multifuncionalidade, onde ocorre a resignificação da agricultura, por meio de outros usos do espaço rural como forma de geração de renda como, por exemplo, a exploração de atividades como o turismo, lazer e preservação ambiental. Este é um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo, que se expressa em novas formas de organização da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante.

O segundo conjunto refere-se à procura crescente de formas de lazer e meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas da cidade. Esse movimento se expande e encontra legitimidade na divulgação do pensamento ecológico disseminado nos anos 90. Como consequência disso, ocorreu uma ampliação das possibilidades de trabalho para a população rural, até então dedicada quase exclusivamente à agricultura, e também uma maior aproximação e integração de sistemas culturais distintos. Este debate sobre a problemática do meio ambiente originou-se a partir da crise ecológica, no que diz respeito a práticas agrícolas poluidoras e predatórias, e com isso a atividade agrícola passou a ser analisada numa perspectiva pluridimensional, que considera a noção de ecossistema e os elementos água, ar, terra.

Existe um conjunto de estratégias relacionadas com fontes de renda como afirma Abramovay, (1998), que contribuem para a reprodução familiar rural, identificado como estratégia de acumulação, uma espécie de redefinição da agricultura familiar, onde ocorrem formas mais corporativas de organização dos negócios agropecuários dentro da família identificada por *pluriatividade*. (SCHNEIDER, 2003)

Diante das consequências rurais e urbanas provocadas pelo conjunto de fatores ligados à globalização da economia e à estruturação do capitalismo financeiro, o espaço rural passa a ser associado a uma melhor qualidade de vida desejada pela sociedade e, principalmente pelos habitantes das grandes áreas metropolitanas. Nesse sentido o espaço rural se torna também um “*espaço de consumo*” direcionado para as funções de residência e de lazer, que se dividem nas formas de turismo rural e na ocupação do campo por meio de residências permanentes ou secundárias. Em síntese, os espaços rurais deixariam de ser interesse exclusivo de agricultores e passariam a se tornar um patrimônio ambiental da sociedade, preservado contra todos os usos considerados predatórios. (WANDERLEY, 2000)

O entendimento da ruralidade em uma última análise supõe a idéia de um contato bem mais imediato dos habitantes com o meio natural do que com os centros urbanos. As relações sociais são enraizadas com o meio no

que tange à idéia patrimonial, conservação e de pertencimento. (ABRAMOVAY, 2000)

A partir de então, cabe mencionar que esse projeto sociocultural de modernidade é um processo que ainda está em curso e que se desenvolve nas mais diferentes direções. Neste contexto de mudanças, surgem as tecnologias como alternativa de desenvolvimento rural para a produção familiar organizada ou grupal independente, porém essas produções tecnológicas devem acompanhar as novas formas de organização, comercialização e representação social no ambiente rural.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, pode-se identificar que para que o processo de revalorização e compreensão da realidade agrária brasileira após o advento da modernidade, é necessário que a ação seja consorciada com políticas públicas, principalmente da PNATER - a qual deverá introduzir na sua ação técnicas de manejo das mais diversas, a partir de uma integração com novos padrões de comercialização que considerem os atores sociais e redes e suas diferentes lógicas de organização e comercialização e consumo da produção de alimentos.

Uma potencialidade para a promoção do desenvolvimento rural é o fomento entre a cooperação do poder público e a sociedade civil, especialmente, os pequenos agricultores, promovendo a geração de um ambiente estimulador ao empreendedorismo e fornecendo

suporte necessário a consolidação e desenvolvimento da agricultura familiar. (SULZBACKER; DAVID, 2008).

Este processo precisa incorporar, cada vez mais, a qualidade ecológica e rural, direcionando para um desenvolvimento rural sustentável que intensifique a integração dos diversos tipos de saberes, seja por parte de estudiosos, profissionais, poder público e saber local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1998.
- ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão, n.702).
- ABRAMOVAY, R. **“Estratégias alternativas para a extensão rural e suas conseqüências para os processos de avaliação”** (2007). Disponível em <http://www.wcon.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2007/Abramovay_Avaliado_a_extensao_rural.doc>Acessado em 10 de 10 de 2008.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília DF 2004, 22 p.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro. Outubro, p.53-75, 1998.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. V. 1 In: **O nascimento da sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. 1999. Cap. 1 p.49-86
- SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999 (cap. 4, 5, 6, p.75-157)
- SCHNEIDER, S. ; RADOMSKY, G. F.W. A pluriatividade e as transformações do mercado de trabalho rural gaúcho: estudo de caso no município de Barão. In: **SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO: PROJETO RURBANO – FASE III**. Campinas: São Paulo, 2003. 62p.
- SULZBACKER, A. W. ; DAVID, C de. Alternativas para o espaço rural: importância de compatibilizar políticas públicas com saberes locais. **Revista de Geografia Agrária: Campo e Território**, v.3, n.5, p. 14-37, fev.2008.
- WANDERLEY M. d. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, outubro 2000: p. 87-145.

¹ Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa em dezembro 2007.
e-mail: rentageoufv@hotmail.com

² Graduação em História pela Universidade Federal de Viçosa e mestrado em Extensão Rural DER/UFV em 2009